



## PROGRAMA DE ENSINO

### DIREITO TRIBUTÁRIO INTERNACIONAL E COMPARADO

Programa de Pós-graduação Stricto Sensu Profissional

**Tributação em Bases Universais: transparência internacional e neutralidade (outbound)**

**Prof. Dr. Luís Eduardo Schoueri**

**Prof. Dr. Luís Flávio Neto**

**2024.1**

#### EMENTA

A disciplina tem o objetivo de desenvolver o estudo a respeito da tributação de lucros auferidos no exterior, com foco em normas para Controlled Foreign Corporations (“CFC”). Além dos aspectos de política fiscal que influenciam os Estados a incluírem tais regras em seus sistemas tributários, serão examinados os seus efeitos jurídicos e econômicos, inclusive diante de acordos de bitributação. Os temas serão estudados a partir de fundamentos teóricos, com estratégias de ensino orientadas para o desenvolvimento de habilidades profissionais do aluno.

#### METODOLOGIA

Para cada aula, há um tema a ser estudado, compreendido a partir da sua respectiva ementa, da bibliografia obrigatória, bem como da bibliografia complementar. A preparação para cada aula incluirá, no mínimo, a leitura da bibliografia obrigatória e dos respectivos artigos de lei indicados na ementa, quando for o caso. Eventuais casos citados na ementa não constituem leitura obrigatória, a menos que expressamente indicados como bibliografia obrigatória. As aulas serão desenvolvidas em duas etapas: inicialmente com a participação de um professor estrangeiro convidado e na sequência o desenvolvimento de dinâmicas, nas quais os(as) alunos(as) deverão participar ativamente. Os textos da bibliografia serão debatidos no âmbito dessas dinâmicas, sob a coordenação e orientação dos Professores.



## AVALIAÇÃO

- 30% da nota final será composta pela avaliação da participação em aula e leitura prévia. A participação em aula considerará a proatividade do(a) aluno(a) nas dinâmicas e debates, bem como a habilidade de relacionar o tema da aula à bibliografia e à experiência prática do(a) aluno(a). Será atribuída nota zero nos casos de: (i) ausência do(a) aluno(a) à aula; (ii) falta de participação; ou (iii) a participação sem preparo prévio (baseada apenas em palpites, não em reflexão sobre a bibliografia indicada ou outras fontes de pesquisa).
- 70% da nota final será atribuída mediante a entrega de um artigo relacionado a algum dos temas tratados na disciplina. O texto deverá seguir as especificações de artigos submetidos à Revista Direito Tributário Atual Internacional, do IBDT. O trabalho deverá ser enviado até às 23h59 do dia 31/07/2023 para professorluisflavioneto@gmail.com e secretaria@ibdt.org.br. O e-mail deve conter o seguinte assunto: “Artigo mestrado IBDT”.

AULA 1	TEMA DA AULA: INTRODUÇÃO À TRANSPARÊNCIA FISCAL INTERNACIONAL E A LEI 12.973/14.	08.03.2024
Temas abordados	<p><b>Introdução, orientação sobre o material, organização de atividades</b></p> <p><b>Conteúdo teórico contido na atividade desenvolvida em sala de aula</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>● Histórico da legislação brasileira<ul style="list-style-type: none"><li>○ Decreto-lei 2.397/1987 (art. 7º)</li><li>○ Decreto-lei 2.413/1988 (art. 8º)</li><li>○ Decreto-lei 2.429/1988 (art. 15)</li><li>○ Lei 9.249/1995 (art. 25)</li><li>○ IN SRF 38/1996 (art. 2º)</li><li>○ Lei 9.532/1997 (art. 1º)</li><li>○ Lei Complementar 104/2001 (art. 1º)</li><li>○ Código Tributário Nacional (art. 43, §§1º e 2º)</li><li>○ MP 2.158-35/2001 (art. 74)</li><li>○ IN SRF 213/2002 (art. 7º)</li></ul></li><li>● STF: ADI 2.588/DF; RE 611.586/PR; e RE 541.090/SC</li><li>● Lei 12.973/2014 e o objeto tributável<ul style="list-style-type: none"><li>○ Regime de competência</li></ul></li></ul>	



	<ul style="list-style-type: none"><li>○ Controladas (legalmente segregadas) (arts. 76 e 77; e arts. 2º, 3º, 8º e 9º da IN RFB nº 1.520/2014)</li><li>○ Coligadas legalmente segregadas (art. 82; e art. 19 IN RFB nº 1.520/2014)</li><li>○ Regime de caixa</li><li>○ Coligadas submetidas à tributação normal (art. 81; e arts. 17 e 18 da IN RFB nº 1.520/2014)</li><li>● Questões constitucionais/legais<ul style="list-style-type: none"><li>○ Delimitação constitucional, Disponibilidade e Poder de Controle</li><li>○ Delimitação constitucional, Disponibilidade e Paraísos Fiscais</li><li>○ Delimitação constitucional, Disponibilidade e Método de Equivalência Patrimonial</li></ul></li></ul>
<b>Metodologia</b>	*_*
<b>Professores</b>	Luís Flávio Neto
<b>Responsáveis</b>	Luís Eduardo Schoueri
<b>Leitura obrigatória</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- SCHOUERI, Luís Eduardo; GALDINO, Guilherme. “Controlled Foreign Company Legislation in Brazil”. In: KOFLER et al., Georg (org.). Controlled Foreign Company Legislation. Amsterdã: IBFD, 2020, pp. 107-130.</li><li>- SCHOUERI, Luís Eduardo; PEREIRA, Roberto Codorniz Leite. “Tributação Internacional e o Direito Interno”. In: Tributação Internacional e o Direito Interno. Porto Alegre: Lex Magister, 2018, pp. 510-519.</li><li>- AVILA, Humberto. “Disponibilidade Jurídica e Poder Decisório”. In: ZILVETI, Fernando Aurélio; FAJERSZTAJN, Bruno; DE OLIVEIRA, Rodrigo Maito (org.). Direito Tributário: Princípio da Realização no Imposto de Renda - Estudos em Homenagem a Ricardo Mariz de Oliveira. São Paulo: IBDT, 2019, pp. 84-92. (9p)</li><li>- BIANCO, João Francisco. Transparência Fiscal Internacional. São Paulo: Dialética, 2007, pp. 53-90. (38p)</li><li>- SANTOS, Ramon Tomazela. O Regime de Tributação dos Lucros Auferidos no Exterior. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017, pp. 21-35. (15p)</li><li>- STF, ADI no 2.588-1/DF, Tribunal Pleno, rel. Min. Ellen Gracie, redator do acórdão Min. Joaquim Barbosa, julgado em 10 de abril de 2013, pp. 1-16 (relatório e voto da Min. Ellen Gracie), 188-217(voto do Min. Cezar Peluso), 222-239 (voto do Min. Joaquim Barbosa) e 248-263 (debates sobre o resultado do</li></ul>



	<p>juízo). (80p)</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- XAVIER, Alberto. Direito Tributário Internacional do Brasil. 8a ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015, pp. 444-460 (17p)</li></ul>
<b>Leitura complementar</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- SCHOUERI, Luís Eduardo. “Imposto de Renda e os Lucros Auferidos no Exterior”. In: ROCHA, Valdir de Oliveira (org.). Grandes Questões Atuais do Direito Tributário. São Paulo: Dialética, 2003, v. 7, pp. 303-330.</li><li>- SCHOUERI, Luís Eduardo. “Tributação Internacional das Empresas Nacionais e Desenvolvimento: Novos Rumos?”. In: DE SANTI, Eurico Marcos Diniz (org.). Tributação e Desenvolvimento - Homenagem ao Professor Aires Barreto. São Paulo: Quartier Latin, 2011, pp. 467- 486.</li><li>- PEREIRA, Roberto Codorniz Leite Pereira. “O Novo Regime de Tributação em Bases Universais das Pessoas Jurídicas Previsto na Lei nº 12.973/2014: As Velhas Questões Foram Resolvidas?” Revista Direito Tributário Atual, nº 33. São Paulo: IBDT, p. 413-442.</li><li>- STF, ADI no 2.588-1/DF, Tribunal Pleno, rel. Min. Ellen Gracie, redator do acórdão Min. Joaquim Barbosa, julgado em 10 de abril de 2013. (completo).</li><li>- STF, RE no 611.586/PR, Tribunal Pleno, rel. Min. Joaquim Barbosa, julgado em 10 de abril de 2013.</li><li>- STF, RE no 541.090/PR, Tribunal Pleno, rel. Min. Joaquim Barbosa, redator do acórdão Min. Teori Zavascki, julgado em 10 de abril de 2013.</li></ul>

<b>AULA 2</b>	<b>TEMA DA AULA: DO CONSENSO DA TRIBUTAÇÃO COM BASES UNIVERSAIS À REALIDADE DA TRIBUTAÇÃO COM BASE TERRITORIAL: MUDANÇA DE PARADIGMA OU SOLUÇÃO PRAGMÁTICA? DESAFIOS PARA SUA IMPLEMENTAÇÃO.</b>	<b>22.03.2024</b>
<b>Temas abordados</b>	<p><b>Conteúdo teórico contido na atividade desenvolvida em sala de aula</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>● Elementos de Conexão: Territorialidade, Universalidade, Fonte e Residência</li><li>● Política fiscal e neutralidade de investimentos</li><li>● Justificação da tributação em bases universais<ul style="list-style-type: none"><li>○ Eficiência Econômica: a Neutralidade de Exportação</li><li>○ Justiça: a Capacidade Contributiva</li></ul></li><li>● Regras “CFC”</li></ul>	





	<ul style="list-style-type: none"><li>○ Origem histórica</li><li>○ Objetivos de Política Fiscal: Evasão/Elisão</li><li>○ Neutralidade?</li></ul>
<b>Metodologia</b>	*_* Bruno Silva (professor convidado)
<b>Professores Responsáveis</b>	Luís Flávio Neto Luís Eduardo Schoueri
<b>Leitura obrigatória</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- BOWES, Paul. "Controlled Foreign Company Legislation in the United Kingdom". In: KOFER et al., Georg (org.). Controlled Foreign Company Legislation. Amsterdã: IBFD, 2020, pp. 797-830. (33p)</li><li>- DEVEREUX, Michael P. "Taxation of Outbound Direct Investment: Economic Principles and Tax Policy Considerations". Oxford Review of Economic Policy (2008), pp. 698-719. (22p)</li><li>- GALENDI Jr., Ricardo A. "Fundamentos da Tributação de Lucros no Exterior: entre Competitividade e Harmonização". Direito Tributário Atual, v. 33. IBDT: São Paulo, 2015, pp. 389-412. (23p)</li></ul>
<b>Leitura complementar</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- SCHÖN, Wolfgang. International Tax Coordination for a Second- Best World (Part I). 1 World Tax Journal (2009). Journals IBFD.</li><li>- SCHÖN, Wolfgang. International Tax Coordination for a Second- Best World (Part II). 2 World Tax Journal (2010). Journals IBFD.</li><li>- SCHOUERI, Luís Eduardo. "Princípios no Direito Tributário Internacional: Territorialidade, Fonte e Universalidade". In FERRAZ, Roberto Catalano Botelho (org.). Princípios e Limites da Tributação. São Paulo: Quartier Latin, 2005, v. 1, pp. 321-374.</li></ul>

<b>AULA 3</b>	<b>TEMA DA AULA: DO CONSENSO DA TRIBUTAÇÃO COM BASES UNIVERSAIS À REALIDADE DA TRIBUTAÇÃO COM BASE TERRITORIAL: MUDANÇA DE PARADIGMA OU SOLUÇÃO PRAGMÁTICA? DESAFIOS PARA SUA IMPLEMENTAÇÃO. PERSPECTIVA DOS ESTADOS UNIDOS.</b>	<b>06.04.2024</b>
<b>Temas abordados</b>	<b>Conteúdo teórico contido na atividade desenvolvida em sala de aula</b> <ul style="list-style-type: none"><li>● Elementos de Conexão: Territorialidade, Universalidade, Fonte e Residência</li></ul>	



	<ul style="list-style-type: none"><li>● Política fiscal e neutralidade de investimentos</li><li>● Justificação da tributação em bases universais<ul style="list-style-type: none"><li>○ Eficiência Econômica: a Neutralidade de Exportação</li><li>○ Justiça: a Capacidade Contributiva</li></ul></li><li>● Regras “CFC”<ul style="list-style-type: none"><li>○ Origem histórica</li><li>○ Objetivos de Política Fiscal: Evasão/Elisão</li><li>○ Neutralidade?</li></ul></li></ul>
<b>Metodologia</b>	*_* Reuven Avi-Yonah (professor convidado)
<b>Professores Responsáveis</b>	Luís Flávio Neto Luís Eduardo Schoueri
<b>Leitura obrigatória</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- AVI-YONAH, Reuven. “If not Now, When? Us Tax Treaties with Latin America After TCJA”. Public Law and Legal Theory Research Paper Series n. 641 (July, 2019).</li><li>- AVI-YONAH, Reuven. “Territoriality and the Original Intent of Subpart F”. Tax Notes (2017), pp. 1581-1587. (7p)</li><li>- AVI-YONAH, Reuven; FISHBEIN, Nir. “Once More, With Feeling: TRA 17 and Original Intent of Subpart F”. Tax Notes (2017), pp. 959-970. (12p)</li><li>- BRAUNER, Yariv; DAVIS, Christine A. “Controlled Foreign Company Legislation in the United States”. In: KOFLER et al, Georg. Controlled Foreign Company Legislation. Amsterdã: IBFD, 2020, pp. 833-858.</li><li>- PREBBLE, John. The Taxation of Controlled Foreign Corporations. Institute of Policy Studies, Victoria University Press, Wellington, 1987, pp. 1-7 (8p)</li><li>- VOGEL, Klaus. “Worldwide vs. Source Taxation of Income – A Review and Re-evaluation of Arguments (Part I). Intertax (1988), pp. 216-229. (14p)</li><li>- VOGEL, Klaus. “Worldwide vs. Source Taxation of Income – A Review and Re-evaluation of Arguments (Part II). Intertax (1988), pp. 310-320. (11p)</li><li>- VOGEL, Klaus. “Worldwide vs. Source Taxation of Income – A Review and Re-evaluation of Arguments (Part III). Intertax (1988), pp. 393-402. (10p)</li></ul>
<b>Leitura complementar</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- FLEMING, J. Clifton; PERONI, Robert J.; SHAY, Stephen E. “Fairness in International Taxation: The Ability-to-Pay Case for</li></ul>



	<p>Taxing Worldwide Income”. Florida Tax Review, v. 5, n. 4, 2001, pp. 301-354.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- FISHBEIN, Nir. “From Switzerland with Love: Surrey’s Papers and the Original Intent(s) of Subpart-F”. Virginia Tax Review, v. 38, n. 1, 2018, pp. 1-61.</li><li>- KANE, Mitchell. “Considering ‘Reconsidering the Taxation of Foreign Income’”. Tax Law Review, v. 62, 2009, pp. 299-316.</li><li>- SHAVIRO, Daniel N. Fixing the U.S. International Taxation. New York: Oxford, 2014, pp. 121-141.</li></ul>
--	---

AULA 4	REGRAS “CFC” E (RE)ESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS – “TAX INVERSIONS”	19.04.2024
<b>Temas abordados</b>	<p><b>Conteúdo teórico contido na atividade desenvolvida em sala de aula</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>● As regras “CFC” e estruturas societárias (no Direito Comparado)<ul style="list-style-type: none"><li>○ Inversões</li></ul></li><li>● Nível de Controle<ul style="list-style-type: none"><li>○ Constructive ownership clauses (Equiparação de controle)</li></ul></li><li>● Joint ventures</li><li>● Partnerships (e check-the-box)</li><li>● Trust</li><li>● Fundos de Investimento Pessoa física</li><li>● Lei nº 12.973/2014 e estruturas societárias</li><li>● Definição de controle: a partir da Lei das S.A. (art. 243, §2º) ou do Código Civil (art. 1.908)?</li><li>● (ir)relevância e regime da equiparação à controladora (art. 83 da Lei no 12.973/2014)</li><li>● Definição de coligação: a partir da Lei das S.A. (art. 243, §§1º, 4º e 5º) ou do Código Civil (arts. 1.907 e 1.099)?</li><li>● (ir)relevância do art. 77, §5º da Lei no 12.973/2014</li><li>● Empreendimentos considerados coligados (art. 81, §5º da Lei nº 12.973/2014)</li><li>● Efeitos das Regras de CFC: as operações de inversão.</li></ul>	





<b>Metodologia</b>	*_* Yariv Brauner (professor convidado)
<b>Professores Responsáveis</b>	Luís Flávio Neto Luís Eduardo Schoueri
<b>Leitura obrigatória</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- AVI-YONAH, Reuven S. "For Haven's Sake: Reflections on Inversion Transactions". Tax Notes International (2002), pp. 225-231. (7p)</li><li>- CARVALHO, Lucas Lima. "A Regra de 'Equiparação à Controlada' Prevista no art. 83 da Lei n. 12.973/2014". Direito Tributário Atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015, pp. 210- 229 (20p)</li><li>- DAHLBERG, Matthias; WIMAN, Bertil. "General Report". In: Cahiers de Droit Fiscal International, v. 98a. IFA, 2013, Copenhagen Congress, pp. 17-56 (42p)</li><li>- LOKKEN, Lawrence. "Whatever Happened to Subpart F - U.S. CFC Legislation after the Check-the-Box Regulations". Florida Tax Review, v. 7, n. 3, pp. 185-209. (25p)</li><li>- PERACIN, Gianfranco; DE LUCA, Alberto. "Applying CFC Rules to 'Affiliates': Critical Elements for Consideration". 36 Intertax, Issue 1, 2008, pp. 18–22. (5p)</li></ul>
<b>Leitura complementar</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- AVI-YONAH, Reuven S. "Beyond Territoriality and Deferral: The Promise of 'Managed and Controlled'". Tax Notes International (2011), pp. 667-668.</li><li>- BODOH, Devon; FEATHERMAN, Greg; MASSED, Stephen M. "Anti-Inversion Notice: More Questions Than Answers". Tax Notes International (2014), pp. 929-952.</li><li>- HICKS, Hal. "Overview of Inversion Transactions: Selected Historical, Contemporary, and Transactional Perspectives". Tax Notes International (2003), pp. 899-925. (27p)</li><li>- KLEINBARD, Edward D. "Competitiveness' Has Nothing to Do With It". Tax Notes International (2014), pp. 1055-1069.</li><li>- PINTO, João Santos. "The Role of the Concept of Control under CFC Legislation within the European Union vis-à-vis Third Countries". European Taxation, 2013 (Volume 53), No. 2/3 (2013), pp. 94-101. (8p)</li><li>- RABY, Burgess J.W.; RABY, William L. "'Substance-Over-Form' in Deciding Tax Law 'Control' Questions". Tax Notes International (2015), pp. 865-871. (7p)</li><li>- ROSENZWEIG, Adam H. "Revisiting the Law of Moses' Rod: The Case of Inversions". Tax Notes International (2014), pp. 429-</li></ul>





	<p>435. (7p)</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- SICULAR, David R. “The New Look-Through Rule: W(h)ither Subpart F?”. Tax Notes International (2007), pp. 589-623.</li><li>- TURLEY, Conrad; CHAMBERLAIN, David G.; PETRICCIONE, Mario. “Chapter 8: Controlled Foreign Corporation Rules”. In: A New Dawn for the International Tax System. Amsterdam: IBFD, 2017. Online Books IBFD. (42p)</li></ul>
--	---

AULA 5	TEMA DA AULA: DESAFIOS LEGISLATIVOS E ADMINISTRATIVOS NA IMPLEMENTAÇÃO DE REGRAS “CFC” E A ERA BEPS	10.05.2024
<b>Temas abordados</b>	<p><b>Conteúdo teórico contido na atividade desenvolvida em sala de aula</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>● A proliferação das regras de CFC e seus diferentes modelos</li><li>● “Tainted approach”<ul style="list-style-type: none"><li>○ A relevância da natureza do rendimento auferido</li><li>○ Renda Passiva versus Renda Ativa</li></ul></li><li>● “Jurisdiction approach”<ul style="list-style-type: none"><li>○ A relevância da localização da investida</li><li>○ Paraísos fiscais e regimes fiscais privilegiados</li><li>○ Nível da tributação (efetivo versus nominal)</li><li>○ Transparência da legislação societária</li></ul></li><li>● As recomendações da Ação 3 do Projeto BEPS e sua inserção no contexto europeu</li><li>● Regras de CFC como mecanismo para combater BEPS</li><li>● Lei nº 12.973/2014 e a segregação<ul style="list-style-type: none"><li>○ Controladas legalmente segregadas (art. 78)</li><li>○ País com o qual não haja tratado/cláusula específica para troca de informações (inciso I)</li><li>○ Tributação favorecida ou regime fiscal privilegiado (inciso II)</li><li>○ Regime de subtributação (inciso II e art. 84, III)</li><li>○ Controladas por pessoa jurídica sujeitas a tais tratamentos (inciso IV)</li><li>○ Renda ativa inferior a 80% da renda total (inciso IV e art. 84)</li></ul></li></ul>	





	<ul style="list-style-type: none"><li>○ Coligadas legalmente segregadas (art. 81)</li><li>○ Regime de subtributação (inciso I e art. 84, III)</li><li>○ Tributação favorecida ou regime fiscal privilegiado (inciso II)</li><li>○ Controladas por pessoa jurídica sujeitas a tal tratamento (inciso III)</li></ul>
<b>Metodologia</b>	*_* Miguel Nuno Gonçalves Correia (professor convidado)
<b>Professores Responsáveis</b>	Luís Flávio Neto Luís Eduardo Schoueri
<b>Leitura obrigatória</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- DOURADO, Ana Paula. "The Role of CFC Rules in the BEPS Initiative and in the EU". <i>British Tax Review</i>, n. 3, 2015, pp. 340-363. (24p)</li><li>- Anti-Tax Avoidance Directive (Council Directive EU 2016/1164), considerando 12; artigos 7 e 8. (~3p)</li><li>- ARNOLD, Brian J. "A Comparative Perspective on the U.S. Controlled Foreign Corporation Rules". <i>Tax Law Review</i>, v. 65, n. 3, Spring 2012, p. 473-497. (27p)</li><li>- CJEU. <i>Cadbury Schweppes plc and Cadbury Schweppes Overseas Ltd v Commissioners of Inland Revenue</i>. C-196/04, de 12 de setembro de 2006. (24p)</li><li>- OECD. "Designing Effective Controlled Foreign Company Rules, Action 3 - Final Report". Paris, 2015, pp. 9-64. (56p)</li><li>- SANTOS, Ramon Tomazela. "A Ação 3 do Projeto BEPS e o Regime Brasileiro de Tributação em Bases Universais na Lei 12.973/2014". <i>Revista Fórum de Direito Tributário</i>, n. 88. Belo Horizonte: Fórum, 2017, pp. 99-115. (17p)</li></ul>
<b>Leitura complementar</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- BLUM, Daniel W. "Controlled Foreign Companies: Selected Policy Issues – or the Missing Elements of BEPS Action 3 and the Anti-Tax Avoidance Directive". <i>46 Intertax</i> 4, 2018, pp. 296–312. (17p)</li><li>- FIGUEIREDO, Diogo de Andrade. "A Transparência Fiscal Brasileira e o Plano de Ação n. 3: Considerações sobre a Adequação do Modelo Adotado pelo Brasil como Mecanismo de Combate ao BEPS e de Fomento à Competitividade das Empresas Brasileiras no Exterior". In: <i>A Tributação Internacional na Era Pós-BEPS: Soluções Globais e Peculiaridades e Países em Desenvolvimento</i>, v. I. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016, pp. 241-266.</li><li>- GARFUNKEL, Nicolas. "Are All CFC Regimes the Same? The Impact of the Income Attribution Method". <i>Tax Notes International</i> (2010), pp. 53-74.</li></ul>



	<ul style="list-style-type: none"><li>- MAISTO, Guglielmo; PISTONE, Pasquale. “A European Model for Member States' Legislation on the Taxation of Controlled Foreign Subsidiaries (CFCs) – Part 1”. <i>European Taxation</i>, v. 48, n. 10, 2008, pp. 503-513.</li><li>- MAISTO, Guglielmo; PISTONE, Pasquale. “A European Model for Member States' Legislation on the Taxation of Controlled Foreign Subsidiaries (CFCs) – Part 2”. <i>European Taxation</i>, v. 48, n. 11, 2008, pp. 554-570.</li><li>- PARADA, Leopoldo. “A Comparative Analysis of CFC Regimes in Latin America”. <i>Tax Notes International</i> (2012), pp. 957-972.</li><li>- PIRES, Letícia. “The Brazilian Controlled Foreign Company Regime: A Comparative Analysis from an International Tax Law Perspective”. <i>67 Bull. Intl. Taxn.</i> 6, 2013.</li><li>- QUEIROZ, Luís Cesar Souza de; SAUNDERS, Ana Paula Braga. “O Projeto BEPS da OCDE e Plano de Ação n. 3: Fortalecimento das Regras de CFC”. In: <i>A Tributação Internacional na Era pós-BEPS. 2ª edição.</i> Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019, pp. 97-116.</li><li>- ROCHA, Sergio André. “Tributação de Lucros Auferidos por Controladas e Coligadas no Exterior”. 2ª edição. São Paulo: Quartier Latin, 2016, pp. 242-255.</li><li>- ROSENBLOOM, H. David. "From the Bottom Up: Taxing the Income of Foreign Controlled Corporations". <i>26 Brook. J. Int'l L.</i>, 2001, pp. 1525- 1554.</li></ul>
--	--

AULA 6	TEMA DA AULA: REGRAS CFC E A PREVENÇÃO À BITRIBUTAÇÃO PELOS ACORDOS DE BITRIBUTAÇÃO	17.05.2024
<b>Temas abordados</b>	<p><b>Conteúdo teórico contido na atividade desenvolvida em sala de aula</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>● Alocação da renda como função dos acordos de bitributação?</li><li>● Sentido de “lucros” no art. 7º das Convenções Modelo</li><li>● Dividendos fictos no art. 10 das Convenções Modelo</li><li>● Posições da OCDE e da ONU (Comentários à Convenção Modelo)</li><li>● Lei brasileira e Acordos de Bitributação: MP nº 2.158-35/2001, Lei nº 12.973/2014</li><li>● Lucro da brasileira ou da investida?</li><li>● “Parallel Treaties”: Art. 23 das Convenções Modelo e Protocolos<ul style="list-style-type: none"><li>○ Acordo de Bitributação entre Brasil e Dinamarca</li><li>○ Acordo de Bitributação entre Brasil e Eslováquia</li></ul></li></ul>	





	<ul style="list-style-type: none"><li>○ Acordo de Bitributação entre Brasil e República Tcheca</li><li>○ Acordo de Bitributação entre Brasil e México</li></ul>
<b>Metodologia</b>	*_* Alexander Rust (professor convidado)
<b>Professores Responsáveis</b>	Luís Flávio Neto Luís Eduardo Schoueri
<b>Leitura obrigatória</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- OECD. Model Tax Convention on Income and on Capital 2017 (Full Version). OECD Publishing, Commentary on Article 1, para. 81; Commentary on Article 7, para. 14; Commentary on Article 10, para. 37-39. (≈4p)</li><li>- KUŹNIACKI, Błażej. “Controlled Foreign Companies and Tax Avoidance: International and Comparative Perspectives with Specific Reference to Polish Tax and Constitutional Law, EU Law and Tax Treaties”. C.H. Beck, 2020 - Sections 21.4-21.7.</li><li>- KUŹNIACKI, Błażej. “The Need to Avoid Double Economic Taxation Triggered by CFC Rules under Tax Treaties, and the Way to Achieve It”. 43 Intertax 12, 2015, pp. 758–772. (15p)</li><li>- SCHOUERI, Pedro Guilherme Lindemberg; GALENDI JR., Ricardo André. “CFCs and Tax Treaties: Historical Elements for the IIR Debate”. 52 Intertax 1, 2024, pp. 72–82.</li><li>- LANG, Michael. “CFC Regulations and Double Taxation Treaties”. Bulletin for International Fiscal Documentation, v. 57, n. 2. 2003, pp. 51-58. (8p)</li><li>- RFB, Solução de Consulta Interna no 18 – Cosit, 8 de agosto de 2013. (9p)</li><li>- RFB, Solução de Consulta no 400 – Cosit, 5 de setembro de 2017. (8p)</li><li>- SANDLER, Daniel. “Tax Treaties and Controlled Foreign Company Legislation”. 2nd edition. London: Kluwer Law International, 1998, pp. 85-108. (24p)</li><li>- “Schneider Case” - French Supreme Administrative Court, Case No. 232276, RJF 10/2002, dated June 28, 2002. (4p)</li><li>- “A Oyj Abp Case” - Finnish Supreme Administrative Court, Case No. KHO:2002:26, dated March 20, 2002. (2p)</li><li>- “Gyo-Hi Case” - Japanese Supreme Court, Case No. 2008 (Gyo-Hi) 91, October 29, 2009. (2p)</li></ul>
<b>Leitura complementar</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- SCHOUERI, Luís Eduardo; BARBOSA, Mateus Calicchio. “Brazil: CFC Rules and Tax Treaties in Brazil: A Case for Article 7”. In LANG et al, Michael (org.). Tax Treaty Case Law Around the Globe 2015. Amsterdam: IBFD, 2016, pp. 1-10 (Online Books IBFD). (10p)</li></ul>



- NETO, Luís Flávio. “A Tributação Brasileira dos Lucros de Empresas Controladas Residentes em Países com Acordos de Bitributação”. In SCHOUERI et al, Luís Eduardo (org.). Estudos de Direito Tributário em Homenagem ao Prof. Gerd Willi Rothmann. São Paulo: Quartier Latin, 2016, p. 231-250. (20p)
- BIANCO, João Francisco. Transparência Fiscal Internacional. São Paulo: Dialética, 2006, pp. 148-159.
- CANÈ, Daniele. “Controlled Foreign Corporations as Fiscally Transparent Entities. The Application of CFC Rules in Tax Treaties”. World Tax Journal, v. 9, n. 4, 2017, pp. 522-563.
- “Italcementi S.P.A. Case” - Italian Supreme Court, Case no. 25281, dated December 16, 2015.
- KOFLE, Georg. “Some Reflections on the ‘Saving Clause’”. 44 Intertax 8/9, pp. 574–589.
- KOURY, Paulo Arthur Cavalcante. “Quem se Beneficia? A Tributação da Controlada Indireta e os Tratados”. Revista Direito Tributário Atual, n. 36. São Paulo: IBDT, 2016.
- ROCHA, Sergio André. “Tributação de Lucros Auferidos por Controladas e Coligadas no Exterior”. 2ª edição. São Paulo: Quartier Latin, 2016, pp. 74-81; 143-148.
- SANTOS, Ramon Tomazela. “O Regime de Tributação dos Lucros Auferidos no Exterior”. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017, pp. 266- 323.
- STJ, REsp 1.325.709/RJ, Primeira Turma, rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, d.j. 24.04.2014.
- SCHOUERI, Luís Eduardo. “Lucros no Exterior e Acordos de Bitributação: Reflexões sobre a Solução de Consulta Interna n. 18/2013”. Revista Dialética de Direito Tributário, v. 219, p. 67-77, 2013.
- XAVIER, Alberto. “Direito Tributário Internacional do Brasil”. 8ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2015, pp. 473-496.

AULA 7	TEMA DA AULA: REGRAS “CFC” E PILLAR 2 – PERSPECTIVAS DOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO	07.06.2024
Temas abordados	<p><b>Conteúdo teórico contido na atividade desenvolvida em sala de aula</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>● Prevenção à bitributação no Direito Comparado Créditos direto e indireto</li><li>● Regras CFC e interação com as regras de Preços de Transferência e de Subcapitalização</li></ul>	





	<ul style="list-style-type: none"><li>● Prevenção à bitributação na Lei 12.973/2014</li><li>● Regras Comuns de Créditos para investimentos em Controladas e Coligadas<ul style="list-style-type: none"><li>○ “Sanduíche brasileiro” (art. 85)</li></ul></li><li>● Interação com as regras de Preços de Transferência e de Subcapitalização (art. 86)</li><li>● Créditos para Controladas (art. 87)</li><li>● Crédito presumido (art. 87, §10): efeitos territoriais?</li><li>● Créditos para Coligadas submetidas ao regime de caixa (art. 88) Créditos para Coligadas submetidas ao regime de competência<ul style="list-style-type: none"><li>○ IN RFB nº 1.520/2014 (art. 26)</li><li>○ Regime opcional (art. 82-A; e art. 19-A da IN RFB no 1.520/2014)</li></ul></li><li>● Aproveitamento de Prejuízos no exterior<ul style="list-style-type: none"><li>○ Prejuízos acumulados anteriores (art. 77, §2º)</li><li>○ Prejuízos posteriores Consolidação (art. 78)</li><li>○ Tratamento individualizado (art. 79, II, e 82, II)</li></ul></li></ul>
<b>Metodologia</b>	*_* Andrea Prieto (professora convidada)
<b>Professores Responsáveis</b>	Luís Flávio Neto Luís Eduardo Schoueri
<b>Leitura obrigatória</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- CHAND, Vikram; ELLIFFE, Craig. “The Interaction of Domestic Anti- Avoidance Rules with Tax Treaties in the Post-BEPS and Digitalized World”. In Bulletin for International Fiscal Documentation, v. 74, n. 4/5, 2020, pp. 303-320.</li><li>- CLAUSING, Kimberly A.; SHAVIRO, Daniel. “A Burden-Neutral Shift from Foreign Tax Creditability to Deductibility?”. Tax Law Review, Vol. 64, No. 4, 2011, pp. 431-452. (23p)</li><li>- SCHOUERI, Luís Eduardo. “Some Considerations on the Limitation of Substance-Based Carve-Out in the Income Inclusion Rule of Pillar Two”. In Bulletin for International Taxation, v. 75, n. 11/12, 2021, pp. 543–548.</li><li>- HEY, Johanna. “The 2020 Pillar Two Blueprint: What Can the GloBE Income Inclusion Rule Do That CFC Legislation Can’t Do?”. 49 Intertax 1, 2021, pp. 7–13.</li><li>- GALENDI Jr., Ricardo A. “The Single Top-Up Tax Principle:</li></ul>

	<p>Justification, Content and Functions upon the Design of QDMTTs”. 15 World Tax Journal 4, 2023, pp. 574–620.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Emenda Aditiva no 61 à MP no 692/2015, apresentada pelo Deputado JERÔNIMO GOERGEN. Disponível em: &lt;<a href="https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4311368&amp;disposition=inline">https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4311368&amp;disposition=inline</a>&gt;. (3p)</li><li>- GALDINO, Guilherme. “Tributação Universal com Efeitos Territoriais? O Crédito Presumido na Lei n. 12.973/2014”. Revista Direito Tributário Internacional Atual, v. 6, 2019, p. 197-223. (27p)</li><li>- MAJDOWSKI, Filip; BRONZEWSKA, Katarzyna. “Revolutionary Changes to the Arm’s Length Principle under the OECD BEPS Project: Have CFC Rules Become Redundant?” Intertax 3. Alphen aan den Rijn: Kluwer Law, 2018, pp. 210–224. (15p)</li><li>- OECD, “Designing Effective Controlled Foreign Company Rules, Action 3 - Final Report”, 2015, pp. 65-69. (5p)</li><li>- SANTOS, Ramon Tomazela. “O Regime de Tributação dos Lucros Auferidos no Exterior”. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017, pp. 112- 131, 179-210 (54p)</li><li>- SCHOUERI, Luís Eduardo. “Aplicação Concomitante da Legislação de Preços de Transferência e da Tributação em Bases Mundiais”. Direito Tributário Internacional Aplicado. Volume III. Coord. Heleno Taveira Tôrres. São Paulo: Quartier Latin, 2005, pp. 240-254. (15p)</li></ul>
<p><b>Leitura complementar</b></p>	<ul style="list-style-type: none"><li>- ANDRADE, José Maria Arruda de; DESTRUTI, Paula Zugaib. “Créditos presumidos de CSLL no regime de tributação dos lucros auferidos no exterior: uma política para a expansão das multinacionais brasileiras?” Anais [recurso eletrônico]. 7o Congresso Brasileiro de Direito Tributário Internacional, 22, 23, 24 de agosto de 2018 em São Paulo, SP. São Paulo: IBDT/FDUSP, 2019.</li><li>- BURKADZE, Eter. “Interaction of Transfer Pricing Rules and CFC Provisions”. International Transfer Pricing Journal (IBFD, 2016), pp. 367-377.</li><li>- KANE, Mitchell A. “Milking versus Parking: Transfer Pricing and CFC Rules under the Internal Revenue Code”, 66 Tax Law Review (2013), pp. 1-30. (31p)</li><li>- PEDROSA JUNIOR, Marcio. “A universalidade (ampliada) e as restrições à compensação de prejuízos nas regras brasileiras de tributação de lucros no exterior”, in “Estudos de Direito Tributário” (ed. Santos), Mariz de Oliveira e Siqueira Campos Advogados, 2018, pp.383-403.</li><li>- PEREIRA, Marco Antônio Chazaine. “Aplicação das Regras de Transfer Pricing e a Tributação de Lucros Auferidos no</li></ul>



	<p>Exterior”. Planejamento Fiscal – Análise de Casos. Volume III. Quartier Latin, 2013, pp. 553-572.</p> <p>- WILLIAMSON, Donald T.; ORENSTEIN, Benjamin. “The Effect of the Foreign Tax Credit on the Sale of CFC Stock”. Tax Notes International (2012), pp. 839-844</p>
--	--

<b>AULA 8</b>	<b>TEMA DA AULA: DILEMAS DA POLÍTICA TRIBUTÁRIA EM UMA ECONOMIA GLOBALIZADA: É POSSÍVEL MANTER A TRIBUTAÇÃO EM BASE UNIVERSAL PARA AS EMPRESAS MULTINACIONAIS? UMA ANÁLISE CRÍTICA.</b>	<b>21.06.2024</b>
<b>Temas abordados</b>	<p><b>Conteúdo teórico contido na atividade desenvolvida em sala de aula</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>● Competição versus Cooperação no Direito Tributário Internacional.<ul style="list-style-type: none"><li>○ Caminhos possíveis para uma governança fiscal internacional em uma economia globalizada</li></ul></li><li>● Perspectivas futuras da Tributação em Bases Universais da Lei 12.973/2014<ul style="list-style-type: none"><li>○ Ainda temos problemas constitucionais/legais?</li></ul></li><li>● Revisão dos problemas relativos à disponibilidade?</li><li>● Resultado da ADI no 2.588 e peculiaridades da Lei 12.973/2014<ul style="list-style-type: none"><li>○ Regime de competência para controlada sujeita à tributação normal</li><li>○ Regime de competência para coligada legalmente segregada</li></ul></li><li>● Controlada indireta e elemento de conexão?</li><li>● Equiparação à controladora: uma extensão do voto da Min. Ellen Gracie?</li><li>● Volta à Territorialidade?</li></ul>	
<b>Metodologia</b>	*_* Professor convidado a definir	
<b>Professores Responsáveis</b>	Luís Flávio Neto Luís Eduardo Schoueri	
<b>Leitura obrigatória</b>	- DAGAN, Tsilly. “The Future of Corporate Residency”. In TRAVERSA, Edoardo (org.). Corporate Tax Residence and	





	<p>Mobility. Amsterdã, IBFD, 2019. (11p)</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- DAGAN, Tsilly. Re-Imagining Tax Justice in a Globalized World (January 31, 2020). Available at SSRN: <a href="https://ssrn.com/abstract=3602678">https://ssrn.com/abstract=3602678</a></li><li>- DAGAN, Tsilly. International Tax Policy: Between Competition and Cooperation. Cambridge University Press, 2018 (Chapter 5)</li><li>- ARNOLD, Brian J. “The Evolution of Controlled Foreign Corporation Rules and Beyond”. In 73 Bull. Intl. Taxn. 12, 2019, Journal Articles &amp; Papers IBFD, pp. 631-648. (19p)</li><li>- ENGLISCH, Joachim; BECKER, Johannes. “International Effective Minimum Taxation – The GLOBE Proposal”. 11 World Tax Journal, 2019, pp. 483-529. (47p)</li><li>- HERZFELD, Mindy. “Debate on the US Tax Reform and the EU ATAD: Can GILTI + BEAT = GLOBE?”. Intertax, v. 47, n. 5, pp. 504–513. (10p)</li><li>- OECD. Public Consultation Document Global Anti-Base Erosion Proposal (‘Globe’) (Pillar Two), Tax Challenges Arising from the Digitalisation of the Economy, 2019, pp 1-27. (28p)</li><li>- SCHOUERI, Luís Eduardo; BARBOSA, Mateus Calicchio. Territorial and Worldwide Taxation in Brazil. In: ISMER, Roland; REIMER, Ekkehart; RUST, Alexander; WALDHOFF, Christian (org.). in Territorialität und Personalität - Festschrift für Moris Lehner. Köln: Otto Schmidt, 2019, pp. 95-110 (16p)</li></ul>
<p><b>Leitura complementar</b></p>	<ul style="list-style-type: none"><li>- AUERBACH et al, Alan J. “Destination-Based Cash Flow Taxation”. Oxford University Centre for Business Taxation - WP 17/01 (2017), pp. 4-94.</li><li>- AVI-YONAH, Reuven. “Globalization, Tax Competition, and the Fiscal Crisis of the Welfare State”. Harvard Law Review 113/7, pp. 1573-1676. (104p)</li><li>- BECKER, Johannes; ENGLISCH, Joachim. “A European Perspective on the US Plans for a Destination Based Cash Flow Tax”. Available at SSRN: <a href="https://ssrn.com/abstract=2924313">https://ssrn.com/abstract=2924313</a></li><li>- SANTOS, Ramon Tomazela. “Territorial Tax Systems: Motivations and Key Considerations For Effective Change”. Tax Notes International, 2018, pp. 925-935.</li><li>- SHAVIRO, Daniel N. “The New Non-territorial U.S. International Tax System” (Unpublished) May 24, 2018.</li><li>- THOMPSON JR., Samuel C. “Tax Reform: Territoriality Breeds De Facto Inverters, Trump’s Proposal to End Deferral, and Logic Says Yes to Imputation”. 149 Tax Notes 1403 (Dec. 14, 2015); 143 Tax Notes 579 (May 5, 2014).</li></ul>



## PROFESSORES

### Professor Dr. Luís Flávio Neto

Coordenador e Professor do Mestrado Profissional em Direito Tributário Internacional e Desenvolvimento do IBDT. Doutor em Direito Econômico, Financeiro e Tributário da Faculdade de Direito da USP. Sócio do escritório KLA Advogados.

Contato: [professorluisflavioneto@gmail.com](mailto:professorluisflavioneto@gmail.com)

### Professor Dr. Luís Eduardo Schoueri

Professor Titular de Direito Tributário da Faculdade de Direito da USP. Vice-presidente e Pró-reitor de Pós-graduação do IBDT e Professor do Mestrado Profissional em Direito Internacional e Desenvolvimento do IBDT. Doutor em Direito Econômico, Financeiro e Tributário e Livre-Docente em Direito Tributário pela Faculdade de Direito da USP. Sócio do escritório Lacaz Martins, Pereira Neto, Gurevich e Schoueri Advogados.

Contato: [schoueri@lacazmartins.com.br](mailto:schoueri@lacazmartins.com.br)

## INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

### Secretaria Acadêmica do IBDT

Rua Padre João Manuel, 755 – 4º andar Cerqueira César, São Paulo – SP – 01411-900

Horário de Atendimento: 9h às 18hs Telefone: (11) 3105-8206, ramais 1110/1111

### Biblioteca do IBDT

Rua Padre João Manuel, 755 – 4º andar Cerqueira César, São Paulo – SP – 01411-900

Horário de Atendimento: 9h às 18hs Telefone: (11) 3105-8206 r. 1104 e 1105

E-mail: [biblioteca@ibdt.org.br](mailto:biblioteca@ibdt.org.br) e [biblioteca2@ibdt.org.br](mailto:biblioteca2@ibdt.org.br)

## CORPO DIRETIVO

Ricardo Mariz de Oliveira

**Presidente do IBDT**

Prof. Dr. Luís Eduardo Schoueri

**Pró-Reitor de Pós-Graduação**

Prof. Dr. Luís Flávio Neto

**Coordenador Acadêmico**

Profa. Dra. Isabel Garcia Calich da Fonseca

Prof. Dr. Roberto Codorniz Leite Pereira

**Coordenadores Assistentes**

